



NITERÓI
O FUTURO É AGORA



Rumo a uma cidade mais Sustentável.
Vamos Juntos? 



Guia Municipal de Desenvolvimento Sustentável

Vamos Juntos?

No cenário global atual, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) adotados por todos os países membros das Nações Unidas que assinaram a Agenda 2030, entre eles o Brasil, desempenham um papel fundamental na criação de um mundo mais justo, equitativo e sustentável para as gerações presentes e futuras. À medida que o mundo atinge a marca da metade do prazo estabelecido para a concretização da Agenda 2030, é imperativo que redobremos nossos esforços para garantir que essas metas se tornem uma realidade. E é neste contexto que apresentamos o **Guia Municipal de Desenvolvimento Sustentável**.

Os servidores municipais desempenham um papel crucial na realização dos Objetivos Sustentáveis. As metas estabelecidas na Agenda 2030 não podem ser alcançadas sem a participação ativa e o comprometimento das autoridades e funcionários públicos em todos os níveis, incluindo o âmbito municipal. É nos municípios que muitas das ações e políticas que afetam diretamente a vida das comunidades são planejadas e implementadas. Portanto, capacitar os servidores municipais com conhecimento sobre os ODS e seu potencial impacto é fundamental para o progresso global.

Chegamos à metade do caminho em relação ao prazo estabelecido para alcançá-los, os resultados até agora são mistos. Embora tenhamos feito avanços significativos em algumas áreas, em outras, o progresso tem sido lento. Isso nos lembra da urgência de nossa missão. Os desafios globais, como as mudanças climáticas, a desigualdade social, a pobreza e a degradação ambiental, exigem ação imediata e colaborativa. O "Guia Municipal de Desenvolvimento Sustentável" é mais do que um guia informativo; é um chamado à ação e uma ferramenta para acelerar nossos esforços rumo a um futuro mais sustentável.

O monitoramento é uma parte essencial do processo de implementação dos ODS. Em âmbito municipal, é fundamental que todos os órgãos e departamentos trabalhem de maneira coordenada para monitorar o progresso em relação às metas estabelecidas. Isso envolve a coleta de dados, análise e relatórios regulares para avaliar o impacto das ações e políticas implementadas. O monitoramento é um trabalho coletivo que requer o compromisso de todos os servidores municipais para garantir que estejamos no caminho certo para alcançar nossos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Em resumo, este Guia é uma ferramenta essencial que não apenas educa e informa, mas também inspira e mobiliza. Ela nos lembra que a realização dos ODS é uma responsabilidade compartilhada e que, juntos, podemos fazer a diferença. À medida que enfrentamos desafios cada vez mais complexos, é hora de agir com determinação e acelerar nossos esforços em direção a um futuro mais sustentável e igualitário. Unidos podemos transformar a visão dos ODS em uma realidade palpável para todos.

Boa Leitura!



Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adotados por todos os países membros das Nações Unidas, incluindo o Brasil, mediante a assinatura da Agenda 2030, desempenham um papel fundamental na melhoria do cenário global. Com a adoção das metas propostas nesta política mundial, os países, estados e cidades se aproximam do ideal de crescimento sustentável e justiça social.

Sabemos da responsabilidade que os municípios, por serem o elo mais próximo da população, tem com o desenvolvimento sustentável. Por isso, acreditamos que o monitoramento e a avaliação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em nível local constituem a base para a transformação global. É motivo de grande orgulho observar, em Niterói, o comprometimento dos servidores municipais em relação aos ODS e o impacto positivo que isso acarreta em nossa cidade, em nossas políticas públicas.

Temos a honra de dizer que Niterói é referência quando o assunto é a aderência aos ODS.

Temos mais de 50% da área verde do município preservado. Lideramos o ranking de saneamento no estado do Rio, com 100% de tratamento e abastecimento de água, além da cobertura de 95,55% no atendimento e 100% no tratamento de esgoto. Somos a melhor cidade do país e do estado do Rio em limpeza urbana. Todo resíduo produzido em Niterói tem destino final adequado, contribuindo para evitar a contaminação de lençóis freáticos, do solo, fauna e flora. Essas iniciativas são muito importantes para a saúde e a qualidade de vida da nossa população.

Além disso, criamos a Moeda Social Arariboia, um benefício de transferência de renda permanente que beneficia mais de 92 mil pessoas na cidade. Também temos no município dois restaurantes populares que fazem a diferença na vida de milhares de pessoas diariamente, oferecendo uma refeição saudável e de qualidade.

Este Guia Municipal de Desenvolvimento Sustentável é mais um esforço da Prefeitura de levar as informações necessárias aos servidores. A capacitação é fundamental para entender os ODS no contexto municipal e seu potencial impacto para o progresso global. Desta maneira, juntos, com a responsabilidade compartilhada, continuaremos fazendo a diferença frente à desafios globais.

Niterói é movida por pessoas, o mundo é movido por pessoas, por isso você é importante e essencial para o desenvolvimento sustentável da nossa cidade. Com os ODS e seus impactos mais claros nesta cartilha, poderemos gerar maiores resultados municipais e globais!

Axel Grael

Prefeito de Niterói e Vice-presidente de ODS da Frente Nacional de Prefeitos



Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estão inseridos nos principais instrumentos de gestão da Prefeitura de Niterói, como o Plano Plurianual (PPA), Plano de Metas, a Estratégia de Governo Digital e o Programa de Desenvolvimento de Projetos Aplicados (PDPA). Isso reforça o comprometimento de Niterói com os avanços dos ODS, que representam um esforço conjunto da comunidade internacional para abordar desafios globais.

Ao longo dos últimos anos, alcançamos significativos avanços ao incorporar as metas dos ODS no nosso planejamento estratégico de Niterói a curto, médio e longo prazo. Investimos em ações voltadas para resultados em áreas como saúde, educação, erradicação da pobreza, promoção da igualdade, entre outros.

De maneira inovadora, seremos o primeiro município a conduzir uma Pesquisa Municipal por Amostra de Domicílios, a Niterói que Somos, que vai nos ajudar a conhecer ainda mais a realidade da nossa população. Essa iniciativa possibilitará a formulação de políticas públicas ainda mais eficazes na direção de tornar Niterói a melhor cidade para se viver e ser feliz, preparada quanto aos desafios globais.

Acreditamos firmemente que os servidores municipais desempenham um papel importante nesse processo. Com a colaboração, integração e comprometimento das autoridades e funcionários públicos em todos os níveis, as metas estabelecidas na Agenda 2030 podem, sim, ser alcançadas. Assim, espero que este Guia Municipal de Desenvolvimento Sustentável o conscientize, inspire e mobilize a fazer a diferença.

Contamos com a sua colaboração nessa jornada rumo a uma Niterói cada vez mais sustentável, inclusiva, inteligente, acessível e humana. Desejo uma excelente leitura, esperando que ela exerça um impacto transformador em seu trabalho e cotidiano!

Ellen Benedetti

Secretária de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão



CONTEÚDO

CAPÍTULO 1: O QUE SÃO OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?.....05

- A agenda 2030.....06
- Como surgiram os ODS?.....07
- Metas e Indicadores.....08
- Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....09
- Cúpula dos ODS: Um chamado à ação.....11

CAPÍTULO 2: POR QUE MONITORAR OS ODS EM ÂMBITO MUNICIPAL?.....12

- Monitoramento e Avaliação.....13
- Relevância Global.....14
- Relevância Local.....15

CAPÍTULO 3: COMO INTEGRAR OS ODS NA ROTINA DE TRABALHO?.....16

- Capacitação e Sensibilização.....17
- Estabelecimento de parcerias.....18
- Elaboração de relatórios locais voluntários.....19
- Conscientização e incentivo à participação ativa da comunidade.....20
- Produção e uso de dados desagregados.....22
- Participação em editais.....23

CAPÍTULO 4: COMO A PREFEITURA DE NITERÓI VEM TRABALHANDO EM PROL DOS ODS?.....24

- Planejamentos e Programas vinculados aos ODS.....25
- SIMAGI : Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação.....26
- Niterói que Somos e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....27
- ODS WEEK.....28
- Rede de Cooperação Técnica.....29



CAPÍTULO 5: OS 17 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....31

- ODS 1: Erradicação da pobreza.....32
- ODS 2: Fome zero e agricultura sustentável.....33
- ODS 3: Saúde e bem-estar.....34
- ODS 4: Educação de qualidade.....35
- ODS 5: Igualdade de gênero.....36
- ODS 6: Água potável e saneamento.....37
- ODS 7: Energia limpa e acessível.....38
- ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico.....39
- ODS 9: Indústria, inovação e infraestrutura.....40
- ODS 10: Redução das desigualdades.....41
- ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis.....42
- ODS 12: Consumo e produção sustentáveis.....43
- ODS 13: Ação contra a mudança global do clima.....44
- ODS 14: Vida na água.....45
- ODS 15: Vida terrestre.....46
- ODS 16: Paz, justiça e instituições eficazes.....47
- ODS 17: Parcerias e meios de implementação.....48

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....49

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....50

Guia Municipal de Desenvolvimento Sustentável

Prefeito

Axel Grael

Vice-Prefeito

Paulo Roberto Mattos Bagueira Leal

Secretária de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão

Ellen Benedetti

Subsecretário de Avaliação e Gestão da Informação de Políticas Públicas

Wesley Matheus

Diretora de Projetos e Parcerias Estratégicas

Yanca Tonhati

Coordenação

Yanca Tonhati

Elaboração

Yanca Tonhati

Rachel Carmoniz

Manuela Phebo

Stella Martins

Apoio

Jorge Luis Teles

Murilo Amatneeks

Gabriela Machado

Catarina Kuo

Gabriel Soares

Ana Clara Rangel

Raul Blumer

Alexa Oliveira

Edmara Mendonça

Karyak Uzuke

Beatriz Gabrielli Guimarães

Katherine Azevedo

Bianca Dutra

Moema Dutra Freire (PNUD Brasil)

Lívia Maria da Costa Nogueira (PNUD Brasil)

Angélica Gusmão (Consultora SEBRAE)

Revisão

Programa das Nações Unidas para o
Desenvolvimento - PNUD Brasil

Projeto Gráfico e Diagramação

Yanca Tonhati

Rachel Carmoniz

Manuela Phebo



O que são os Objetivos
Do Desenvolvimento
Sustentável (ODS)?



A AGENDA 2030

A Agenda 2030 é um plano global adotado por todos os 193 países membros das Nações Unidas que assinaram a resolução A/RES/70/1, de setembro de 2015: “**Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**”. Ela é composta por várias dimensões interconectadas que visam melhorar a qualidade de vida das pessoas, proteger o planeta e garantir a prosperidade econômica, abordando desafios globais críticos.

Aqui estão os principais pontos da Agenda 2030:

Pessoas: A Agenda 2030 coloca as pessoas em primeiro lugar, com ênfase na erradicação da pobreza, na promoção da igualdade de gênero, na garantia de educação de qualidade, na melhoria da saúde e no empoderamento de todas as pessoas, independentemente de sua origem étnica, gênero, idade ou local de residência.

Planeta: A proteção do planeta é uma preocupação central da agenda. Isso inclui ações para combater a mudança climática, preservar ecossistemas terrestres e marinhos, promover o uso sustentável da terra e dos recursos naturais e lidar com questões como poluição e degradação ambiental.

Prosperidade: A prosperidade econômica está ligada à ideia de crescimento econômico sustentável, trabalho decente e inovação. Isso envolve a promoção de uma economia inclusiva, a construção de infraestrutura sustentável e a promoção de um ambiente empresarial favorável.

Paz e Parcerias: A paz, a justiça e as instituições eficazes são essenciais para o desenvolvimento sustentável. Além disso, a Agenda enfatiza a importância da colaboração global, parcerias entre países e setores, e a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas.

Participação e Implementação: A sua implementação bem-sucedida requer a participação ativa de governos, sociedade civil, setor privado e comunidade internacional. Isso inclui a mobilização de recursos financeiros e o acompanhamento do progresso em direção aos objetivos.

Financiamento para o Desenvolvimento: A Agenda 2030 reconhece a necessidade de mobilizar recursos financeiros significativos para alcançar seus objetivos. Isso inclui recursos domésticos, financiamento externo, parcerias público-privadas e inovação financeira para o desenvolvimento sustentável.

Dados e Monitoramento: A coleta e análise de dados são fundamentais para rastrear o progresso em direção aos objetivos da Agenda 2030. Isso inclui o fortalecimento de sistemas estatísticos nacionais e a disponibilidade de dados de alta qualidade.

Inclusão: A Agenda 2030 coloca grande ênfase na inclusão de grupos vulneráveis, como pessoas com deficiência, minorias étnicas e povos indígenas, garantindo que ninguém seja deixado para trás no caminho para o desenvolvimento sustentável.



COMO SURGIRAM OS ODS?

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são parte da Agenda 2030 e uma evolução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Os ODM, que também ficaram conhecidos como Metas do Milênio por estabelecer pela primeira vez um conjunto de 08 objetivos globais a serem alcançados pelos 191 países que os adotaram, provaram que objetivos globais podem tirar milhões de pessoas da pobreza. Por meio dos ODM, aprendemos que o estabelecimento de objetivos é o melhor mecanismo para alcançar melhores resultados de desenvolvimento e que esses compromissos serão acompanhados pela ação. **Objetivos claros geram resultados.**

Dessa forma, os ODS, como uma evolução dos ODM, são uma chamada universal à ação, destinada a todos os países, independentemente do nível de desenvolvimento. Eles foram definidos por meio de um amplo processo participativo global, que durou meses e contou com insumos da sociedade civil, governos e setor privado. O envolvimento de todos em sua realização em prol de um mundo mais justo para todas e todos está no seu cerne. A definição dos ODS priorizou a promoção do desenvolvimento sustentável, social e econômico para todos e todas, estimulando a participação coletiva para o alcance das metas definidas.

Os **princípios fundamentais dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável** se pautam nos pilares da universalidade, integração, inclusão e igualdade.

Universalidade

Os ODS se aplicam a todos os países, independentemente do nível de desenvolvimento. Isso significa que tanto os países em desenvolvimento quanto os desenvolvidos têm responsabilidades e metas a cumprir.

Integração

Os ODS reconhecem a interdependência entre questões econômicas, sociais e ambientais e incentivam uma abordagem integrada para o desenvolvimento, reconhecendo que a pobreza, a desigualdade, a degradação ambiental e outros desafios estão interconectados.

Inclusão e Igualdade

Um dos princípios mais importantes é garantir que nenhuma pessoa ou grupo seja deixado para trás. Os ODS têm como objetivo alcançar o desenvolvimento inclusivo e equitativo, priorizando as necessidades das populações mais vulneráveis.

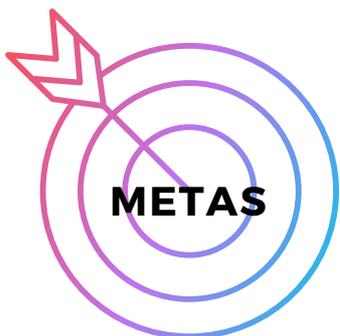
Diante de tantos desafios encontrados nos dias atuais, como promover ações integradas para que essas metas sejam cumpridas? **Em primeiro lugar, o mais importante é conscientizar as pessoas sobre a importância de trabalhar o tema.**

METAS E INDICADORES



Ao todo, **17** ODS foram estabelecidos em 2015 e compõem uma agenda mundial para a construção e implementação de políticas públicas que visam guiar a humanidade até 2030.

Cada um dos 17 ODS possui metas e indicadores que ajudam a direcionar e avaliar seu progresso. Tais métricas quantitativas e qualitativas fornecem dados concretos sobre o avanço em cada meta, servindo como uma espécie de bússola na jornada para um mundo mais sustentável.



Foram definidas **169 metas** que abordam diversos temas fundamentais para o desenvolvimento humano, em cinco perspectivas: pessoas, planeta, prosperidade, parceria e paz.



Cada ODS possui uma série de indicadores associados que ajudam a avaliar o progresso em direção às metas estabelecidas, os quais podem incluir, por exemplo, acesso à água potável, índices de educação etc. Tais indicadores são monitorados para acompanhar o progresso e são fundamentais para identificar áreas que necessitam de mais atenção e ação.

OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Redução das Desigualdades
Metas: 10 Indicadores: 21

Cidades e Comunidades Sustentáveis
Metas: 10 Indicadores: 14

Consumo e Produção Responsáveis
Metas: 12 Indicadores: 13

Ação Contra a Mudança Global do Clima
Metas: 4 Indicadores: 8

Vida na Água
Metas: 10 Indicadores: 10

Vida Terrestre
Metas: 16 Indicadores: 14

Paz, Justiça e Instituições Eficazes
Metas: 12 Indicadores: 24

Parcerias e Meios de Implementação
Metas: 19 Indicadores: 24

SAIBA MAIS

Ao todo, 254 indicadores foram concebidos para monitorar o progresso em direção às metas estabelecidas pela Agenda 2030. Cada um desses indicadores aborda aspectos específicos relacionados aos 17 ODS, fornecendo dados e métricas que possibilitem uma avaliação precisa do avanço em direção a esses objetivos. Eles abrangem uma ampla gama de áreas, incluindo saúde, educação, meio ambiente, igualdade de gênero, saneamento, entre outros.

Adotar tais indicadores demonstra o compromisso em alinhar políticas públicas e práticas governamentais aos princípios da sustentabilidade e do desenvolvimento inclusivo. Além disso, possibilita o acompanhamento constante do impacto das medidas implementadas, identificando áreas que necessitam de maior atenção e intervenção.

Acesse o Portal ODS Brasil e conheça mais detalhes sobre metas e indicadores de cada ODS:
<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> e <https://odsbrasil.gov.br/relatorio/sintese>

CÚPULA DOS ODS: CHAMADO À AÇÃO

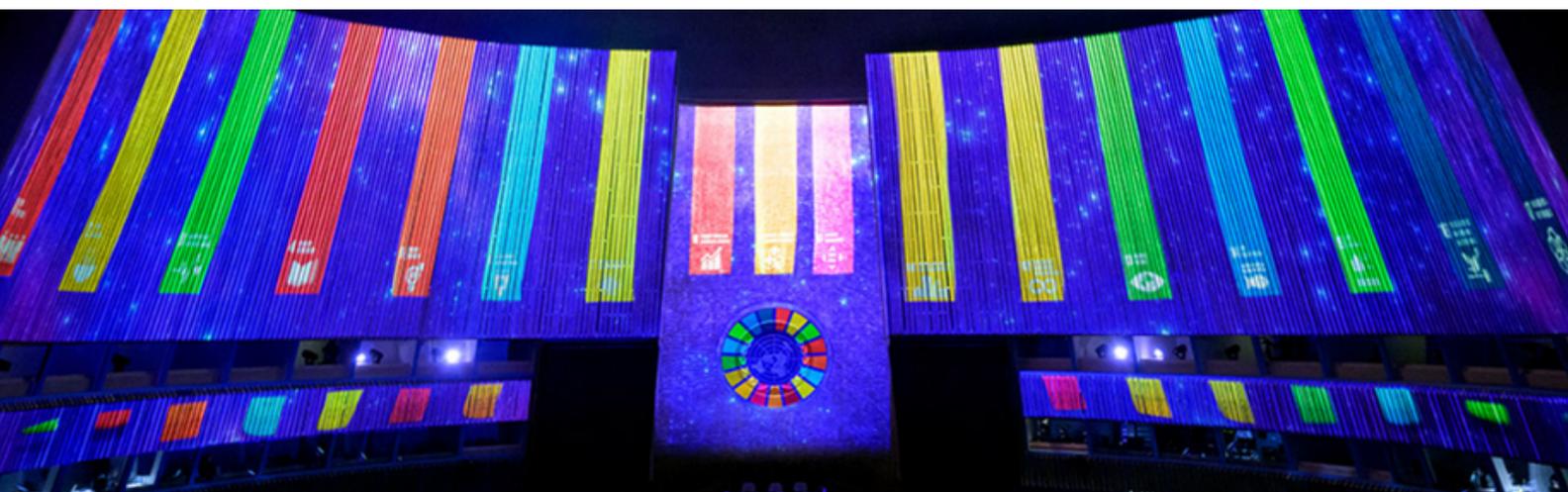
Após as assinaturas e adoção da Agenda 2030 e seus 17 ODS em setembro de 2015, foi acertado que a cada quatro anos os países se reuniriam na **Assembléia Geral da ONU**, no âmbito do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, para acompanhar o andamento destes compromissos. A primeira Cúpula dos ODS (SDG Summit) ocorreu em 2019 e a segunda em 18 de setembro de 2023.

A **Cúpula dos ODS** de 2023 assinalou o início de uma nova fase de progresso acelerado em direção ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ela ofereceu diretrizes políticas de alto nível para a implementação de ações transformadoras até 2030. Como ponto central, este evento abordou os desafios interconectados e múltiplos enfrentados pelo mundo atualmente, ao mesmo tempo em que reacendeu um sentimento de esperança, otimismo e entusiasmo em relação à Agenda 2030.

Ao final da cúpula de 2023 foi aprovada por unanimidade pelos 193 países-membros da ONU a Declaração Política.

Algumas mensagens-chave do documento histórico assinado na Cúpula dos ODS:

- Reafirmamos o nosso compromisso de implementar eficazmente a Agenda 2030 e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e defender todos os princípios nela consagrados. A Agenda 2030 continua a ser o nosso roteiro global para alcançar o desenvolvimento sustentável e superar as múltiplas crises que enfrentamos.
- Atuaremos com urgência para concretizar a sua visão como um plano de ação para as pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias, sem deixar ninguém para trás. Nos esforçaremos para alcançar primeiro quem está mais atrás.
- Comprometemo-nos a intensificar nossos esforços para combater o racismo, todas as formas de discriminação, xenofobia e intolerância correlata, estigmatização e discurso de ódio, por meio de cooperação, parcerias, inclusão e respeito à diversidade.
- Promoveremos uma mudança sistêmica em direção a um mundo mais inclusivo, justo, pacífico, resiliente e sustentável para as pessoas e o planeta, para as gerações presentes e futuras.
- Reafirmamos todos os princípios da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, incluindo, entre outros, o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, conforme estabelecido em seu princípio No. 7.



Por que monitorar os ODS em âmbito municipal?



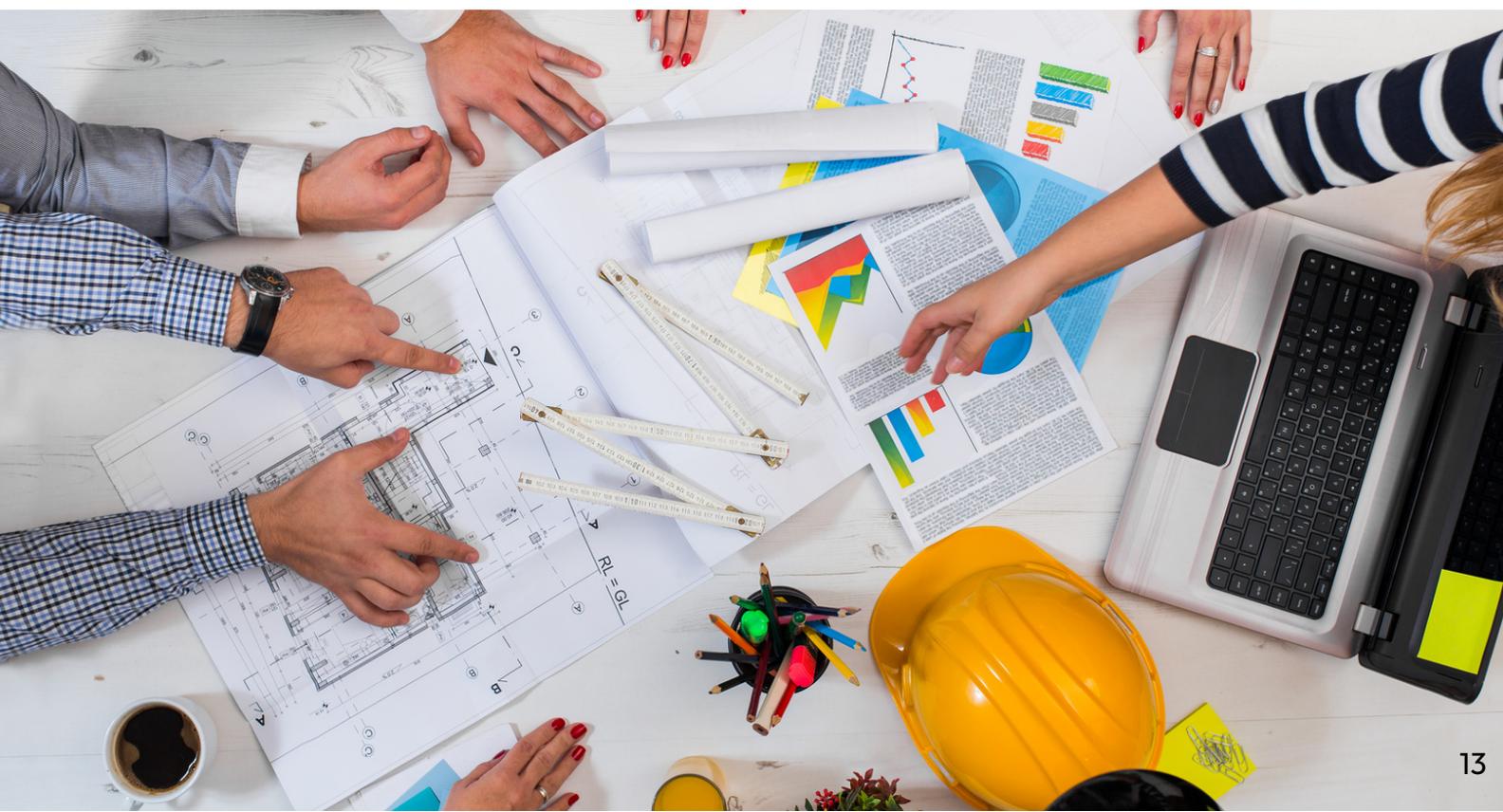
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O nível local é onde as necessidades e desafios específicos se manifestam de forma mais evidente. Cada comunidade, cidade ou região possui suas próprias particularidades, e o acompanhamento dos ODS nesse contexto permite uma adaptação precisa das metas globais para atender às realidades locais.

Um quadro de acompanhamento e avaliação robusto, voluntário, eficaz, participativo, transparente e integrado dará uma contribuição vital para a implementação e ajudará os países a maximizar e acompanhar o progresso na implementação desta Agenda a fim de garantir que ninguém seja deixado para trás.

Acompanhamento e avaliação em nível regional e sub-regional podem, se necessário, fornecer oportunidades úteis para a aprendizagem entre pares, incluindo através de análises voluntárias, do compartilhamento de melhores práticas e da discussão sobre metas compartilhadas.

Em resumo, o monitoramento e a avaliação dos ODS em âmbito local são a espinha dorsal da transformação global rumo a um mundo mais justo, sustentável e inclusivo. Eles garantem que os ODS tornem-se realidades palpáveis que impactam positivamente a vida das pessoas em suas comunidades.





RELEVÂNCIA GLOBAL

Cooperação Internacional

Os ODS representam um esforço conjunto da comunidade internacional para abordar desafios globais. Eles incentivam a cooperação entre países, organizações internacionais e a sociedade civil para enfrentar questões como pobreza, fome, mudanças climáticas e desigualdade.

Responsabilidade Global

Os ODS estabelecem metas que todos os países, independentemente de seu nível de desenvolvimento, concordaram em alcançar. Isso reflete a ideia de que os desafios globais requerem ação global e responsabilidade compartilhada.

Interdependência de Questões

Muitos dos desafios abordados pelos ODS são interligados. Por exemplo, a mudança climática (ODS 13) afeta a segurança alimentar (ODS 2), a saúde (ODS 3) e a igualdade de gênero (ODS 5). Portanto, o progresso em um ODS pode ter impacto direto ou indireto em outros.





RELEVÂNCIA LOCAL

Impacto Direto nas Comunidades

Os ODS têm um impacto direto na vida das pessoas em nível local. As ações relacionadas à educação, saúde, saneamento básico, segurança alimentar e acesso a água potável, por exemplo, afetam diretamente o bem-estar das comunidades locais.

Inovação e Criatividade

As soluções para os desafios globais muitas vezes surgem no nível local, onde as pessoas estão mais conectadas às necessidades reais da comunidade. Ao trazer os ODS para o nível local, abre-se espaço para a inovação e criatividade na busca de soluções eficazes e sustentáveis.

Monitoramento e Responsabilidade

Ao estabelecer metas locais alinhadas aos ODS, as comunidades e os governos locais podem acompanhar seu progresso de maneira mais eficaz. Isso cria um sistema de responsabilidade que ajuda a garantir que as metas sejam alcançadas e que haja transparência no processo.

Planejamento Municipal

Instrumentos de planejamento orientados pelos ODS fomentam maior integração entre os órgãos municipais, a partir de uma visão sistêmica de gestão e de ações e programas. Também contribui para o aprimoramento de seus objetivos, metas e indicadores, de forma a facilitar o acompanhamento e monitoramento de políticas públicas. Assim, o governo municipal passa a ter maior clareza quanto aos resultados da política pública e como têm afetado a vida das pessoas.

Territorialização dos ODS

Cada comunidade tem desafios únicos, e a territorialização permite que os governos locais identifiquem e priorizem as metas que são mais relevantes para sua população.



COMO INTEGRAR OS ODS NA ROTINA DE TRABALHO ?

CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

-  Leitura de materiais que explorem monitoramento e avaliação dos ODS;
-  Realização de cursos sobre monitoramento local dos ODS;
-  Acompanhar as plataformas de monitoramento dos ODS em âmbito Nacional;
-  Estímulo ao trabalho conjunto e interdepartamental para o alcance dos ODS;
-  Envolvimento da Sociedade Civil para monitoramento do alcance dos ODS no município.



SUGESTÕES: CLIQUE E CONFIRA

Cursos Online

- Integrando a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
Acesse: www.cursoagenda2030.com.br
- Agenda para o desenvolvimento sustentável: conceitos, mobilização e articulação.
Acesse: www.escolavirtual.gov.br/curso/719
- Elaboração de políticas, programas e projetos para o desenvolvimento humano e sustentável.
Acesse: www.escolavirtual.gov.br/curso/722
- Curso 2030 Agenda for Sustainable Development and e-Learning Design.
Acesse: www.escolavirtual.gov.br/curso/713

Plataformas para Monitoramento de Indicadores

- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada:
Acesse: www.ipea.gov.br/ods/
- Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:
Acesse: www.odsbrasil.gov.br/
- Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades:
Acesse: www.idsc.cidadessustentaveis.org.br/

Leituras

- Guia para Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros - O que os gestores municipais precisam saber
- Guia de Territorialização e Integração dos ODS
- Guia de Elaboração de Diagnósticos Situacionais Municipais de Indicadores ODS
- Guia de Mobilização de Parcerias para o Alcance dos ODS
- Guia de Identificação de Aceleradores para o Progresso dos ODS
- Planejamento Municipal e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável"

ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS



A rede **MERCOCIDADES** objetiva potencializar a identidade e a integração regional para assegurar o desenvolvimento das cidades e o bem-estar na América do Sul. Ela visa melhorar a qualidade de vida nas cidades que compõem a rede, incidir nas agendas nacionais, regionais e mundiais, criar políticas conjuntas entre as cidades e estimular o intercâmbio de experiências. Em 2023, seus principais eixos temáticos de trabalho foram: 1. Cidade de Cuidados; 2. Cidade Inovadora; 3. Cidade ambientalmente Sustentável. Estão trabalhando na capacitação técnica para incorporar os ODS em todo o trabalho e no apoio na elaboração de relatórios locais voluntários.

Site: <https://mercociudades.org/pt-br/>



O **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)** oferece aos parceiros apoio técnico, operacional e gerencial, por meio de acesso a metodologias, conhecimentos, consultoria especializada e ampla rede de cooperação técnica internacional. Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento humano, o combate à pobreza e o crescimento do país nas áreas prioritárias, o PNUD Brasil apoia os países a erradicar a pobreza e reduzir significativamente as desigualdades e a exclusão social, oferecendo estudos para desenvolvimento, implantação e acompanhamento do alcance das metas da Agenda 2030 pelo municípios.

Site: <https://www.undp.org/pt/brazil/pnud-no-brasil>



O **Programa Cidades Sustentáveis (PCS)** é uma agenda de sustentabilidade urbana que incorpora as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural no planejamento municipal. Desde 2012, o PCS atua na sensibilização e mobilização de governos locais para a implementação de políticas públicas estruturantes, que contribuam para o enfrentamento da desigualdade social e para a construção de cidades mais justas e sustentáveis. Estruturado em 12 eixos temáticos, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), das Nações Unidas, o programa oferece ferramentas e metodologias de apoio à gestão pública e ao planejamento urbano integrado, além de mecanismos de controle social e estímulo à participação cidadã.

Site: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/inicial/home>

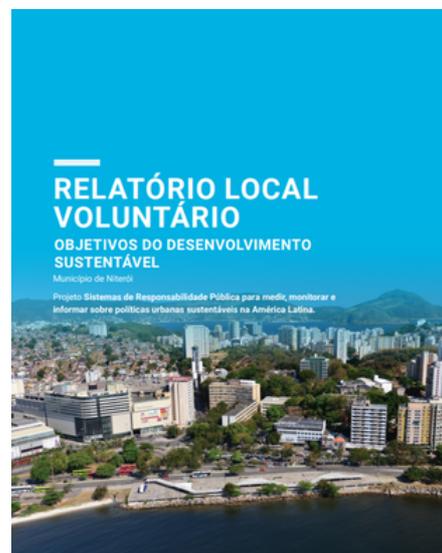


O **UNFPA** é a agência que trata de desenvolvimento e questões humanitárias pela abordagem da saúde sexual e reprodutiva e direitos, com foco em mulheres, adolescentes e jovens. Porque o cumprimento desses direitos é um requisito fundamental para o pleno alcance do desenvolvimento inclusivo e sustentável.

A atuação do UNFPA envolve o apoio aos governos para que possam responder às necessidades das mulheres e jovens, por meio da produção e utilização de dados e análises que permitam mostrar avanços e lacunas; pela mobilização de recursos e competências; pelo trabalho de convencimento junto a formuladores de políticas e em fóruns públicos; e por meio de iniciativas de desenvolvimento/aprimoramento de capacidades e ações de monitoramento e avaliação.

Site: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/content/unfpa-no-brasil>

Relatórios Voluntários Locais são um balanço do progresso das cidades no cumprimento da Agenda 2030. A produção do relatório é uma orientação da ONU para países e municípios, com o objetivo de facilitar a troca de experiências, sucessos, desafios e lições aprendidas. Além de ser um instrumento de transparência e prestação de contas, o RVL também busca fortalecer as políticas e instituições dos governos, bem como mobilizar apoio e parcerias para a implementação dos ODS em nível local.



ONU HABITAT
POR UM FUTURO URBANO MELHOR



Relatório Local Voluntário -
Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável em Niterói



Relatório de Localização dos
Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável na cidade de São Paulo



Relatório de Acompanhamento -
Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável - Belo Horizonte 2018

✓ CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO

- Realizar campanhas de conscientização sobre os ODS, explicando o que são, por que são importantes e como afetam a vida das pessoas localmente.
- Utilizar mídias sociais, sites da prefeitura, folhetos informativos, cartazes e outros meios de comunicação para difundir informações sobre os ODS.
- Organizar palestras, workshops e seminários para educar a comunidade sobre tópicos específicos dos ODS, como educação de qualidade, igualdade de gênero, saúde e meio ambiente.

✓ FÓRUNS PÚBLICOS E CONSULTAS

- Realizar fóruns públicos e consultas com a comunidade para identificar as prioridades locais relacionadas aos ODS.
- Ouvir as preocupações e sugestões dos moradores para incorporá-las no planejamento e nas ações relacionadas aos ODS.
- Demonstrar que a voz da comunidade é valorizada e que suas opiniões influenciam as decisões.

✓ PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES LOCAIS

- Colaborar com organizações da sociedade civil, grupos comunitários e organizações não governamentais locais (ONGs) que possuam expertise e interesse em questões relacionadas aos ODS.
- Essas parcerias podem fornecer recursos, conhecimento e alcance para promover iniciativas relacionadas aos ODS.





CONSCIENTIZAÇÃO E INCENTIVO A PARTICIPAÇÃO ATIVA DA COMUNIDADE

✓ EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS

- Trabalhar com escolas locais para incorporar os ODS no currículo educacional.
- Realizar programas de educação e conscientização nas escolas para envolver estudantes, que podem se tornar agentes de mudança em suas famílias e comunidades.

✓ INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

- Criar mecanismos para que os cidadãos possam participar ativamente na tomada de decisões relacionadas aos ODS.

✓ PROJETOS E INICIATIVAS LOCAIS

- Incentivar a comunidade a desenvolver projetos e iniciativas que contribuam para a consecução dos ODS.
- Oferecer apoio financeiro, técnico e logístico para a implementação desses projetos.





PRODUÇÃO E USO DE DADOS DESAGREGADOS

Dados desagregados de qualidade, acessíveis, atualizados e confiáveis serão necessários para ajudar na medição do progresso e para garantir que ninguém seja deixado para trás. Eles são a chave para a tomada de decisões e devem ser usados sempre que possível.

A produção e o uso de dados desagregados são pontos fundamentais para o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em nível municipal por várias razões importantes:

Identificação de desafios específicos: Os municípios têm suas próprias realidades e desafios únicos. Dados desagregados permitem uma compreensão mais profunda das necessidades locais, identificando quais ODS são mais urgentes e relevantes para aquela comunidade em particular.

Formulação de políticas direcionadas: Com dados desagregados, os formuladores de políticas municipais podem criar estratégias sob medida para atender às necessidades identificadas. Isso resulta em políticas mais eficazes e eficientes, direcionando os recursos de maneira a maximizar o impacto.

Avaliação precisa do progresso: O monitoramento dos ODS depende da capacidade de medir o progresso de maneira precisa. Dados desagregados permitem que os municípios acompanhem de perto o avanço em direção às metas específicas, garantindo que não haja ambiguidade nos resultados.

Apoio a grupos vulneráveis: Os dados desagregados podem destacar grupos de pessoas que estão em situações de maior vulnerabilidade, como mulheres, crianças, idosos, minorias étnicas ou pessoas com deficiência. Isso permite que os programas e políticas sejam direcionados para atender às necessidades específicas desses grupos.

Eficiência na alocação de recursos: Com dados desagregados, os recursos podem ser alocados de forma mais eficiente. Os municípios podem priorizar áreas que necessitam de atenção urgente e evitar a alocação excessiva de recursos em áreas que estão progredindo bem.

PARTICIPAÇÃO EM EDITAIS

Um grande incentivo à gestão pública no tocante aos ODS é a participação em editais que, de alguma forma, premiam governos e/ou políticas e programas públicos que se empenham em busca da erradicação da pobreza, na promoção de uma vida digna para a população, integrando ao crescimento econômico, a justiça social e a sustentabilidade ambiental.

Através destes, para além do reconhecimento, notoriedade e inovação, é possível captar recursos e gerar impacto ao contribuir para melhorias na gestão pública, viabilizando maior alinhamento com objetivos globais e crescimento econômico sustentável. A participação e divulgação serve, ainda, para divulgação e inspiração para outras regiões, criando um ciclo virtuoso de boas práticas e desenvolvimento.



12ª Edição do Prêmio
Fundação BB de
Tecnologia Social



SAIBA MAIS

Para maiores informações acerca de objetivos, critérios e prazos das premiações e editais citados, basta clicar no ícone desejado para ser redirecionado as páginas de cada instituição.



COMO A PREFEITURA DE NITERÓI VEM TRABALHANDO
EM PROL DOS ODS?

PLANEJAMENTO E PROGRAMAS VINCULADOS AOS ODS

A última edição do **Plano Plurianual (PPA)** - instrumento de planejamento de médio prazo, levou em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Adotados por todos os 193 países-membros da ONU, entre eles o Brasil, utiliza-se esses objetivos em seu processo de planejamento e como um referencial para a definição de suas políticas públicas, tornando o PPA ainda mais efetivo e alinhado com os princípios de desenvolvimento da Agenda 2030.

Presentes no **Plano de Metas** desde 2021, o uso dos ODS foi aprimorado em 2023, pactuando metas a partir da escolha de um ODS e suas metas e indicadores. Dessa forma, temos a política pública direcionada para contribuir com a Agenda 2030. Os ODS também estão diretamente ligados à territorialização das entregas, que demonstra o esforço de agir localmente sem deixar nenhum território ou grupo para trás.

Os ODS também estão presentes nos **Programa de Desenvolvimento de Projetos Aplicados (PDPA)**, em que os projetos, divididos pelas Áreas de Resultado, estão em consonância com a Agenda 2030. Através do Balanço PDPA, foi feita a relação dos projetos com os ODS, e de que forma eles contribuem para alcançar suas metas no âmbito do município de Niterói.

A **Estratégia de Governo Digital** estabelece princípios, diretrizes, estrutura de governança, objetivos estratégicos e resultados-chave para orientar o Poder Executivo na sua jornada de transformação digital. A proposta é que seja uma transformação inclusiva e sustentável, a qual gere novas oportunidades econômicas e sociais, promova inclusão digital e amplia o acesso a serviços públicos, com o cuidado de não deixar ninguém para trás.

Da mesma forma, a **Estratégia de Internacionalização de Niterói** baseia-se integralmente na Agenda 2030, compreendendo uma via de mão dupla entre a busca de oportunidades para a cidade e o comprometimento com o cumprimento das metas dos ODS. Niterói busca parcerias com governos locais, redes de cidades, consulados, Sistema ONU, entre outras instituições, para desenvolver políticas públicas locais e capacitar os servidores de forma alinhada às mais inovadoras boas práticas internacionais. O Plano de Internacionalização de Niterói, em desenvolvimento, será um recurso para que o planejamento municipal possa buscar oportunidades de parceria aliadas à Estratégia ODS.



O **Sistema de Avaliação e Gestão da Informação de Niterói (SIMAGI)** de Niterói é uma importante ferramenta adotada pela cidade para **institucionalizar a nova política de avaliação** dos programas e projetos públicos do município, além de **organizar a gestão de dados**, atuando como um elo essencial para a implementação dos ODS.

Isto porque, com instrumentos de monitoramento, pesquisas e análise de dados que o compõem, o Sistema possibilita aprimorar as políticas públicas numa **gestão baseada em evidências**, orientada para resultados e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

O SIMAGI atua no estímulo a análise multidimensional das políticas públicas, estabelecendo parâmetros para a **desagregação dos dados** por gênero, raça, condição socioeconômica, território, faixa etária, deficiências; além de ampliar a transparência sobre os resultados das políticas públicas e contribuir para melhorar a apropriação da sociedade sobre os resultados destas políticas.

Além de desempenhar um papel crucial no monitoramento e na avaliação de políticas e de diversos programas municipais, através do SIMAGI foi possível criar uma **Rede de Cooperação Técnica** para atuar em prol dos ODS.



PESQUISA 'NITERÓI QUE SOMOS' E OS OBJETIVOS SUSTENTÁVEIS

A “Niterói que Somos” é a **Pesquisa Municipal por Amostra de Domicílios** de Niterói que será realizada a cada 4 anos e pretende coletar informações sobre o perfil da população, gerando dados importantes para a gestão das políticas públicas.



Alguns aspectos fundamentais da Pesquisa:

- Importante para complementar os dados produzidos pelo Censo e pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, ambas do IBGE;
- Identificará em detalhes as condições demográficas, de saúde, educação, mercado de trabalho, atividades produtivas e de geração de renda, habitação e moradia da cidade, dentre outros dados;
- Através da desagregação de dados e do levantamento do perfil da população, a pesquisa dará subsídios para avaliar o impacto das políticas públicas na vida dos habitantes de Niterói assim como abrirá uma gama de possibilidades para formulação de políticas baseadas em evidências;
- A pesquisa irá contribuir para que a gestão crie estratégias para fortalecer os ODS, pois pretende responder perguntas estruturantes para as políticas públicas, tais como onde está concentrada geograficamente a pobreza na cidade, quais são as principais dificuldades que a população enfrenta em seus territórios, e as especificidades dos sujeitos que constroem o município.

A **ODS Week** foi uma iniciativa criada para promover a **cultura de inovação** no setor público voltada à **resolução de problemas públicos** associados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. O projeto, que ocorreu em 2019, foi um dos desdobramentos da parceria entre o município e a **ONU Habitat**. A semana contou com a presença de secretários e subsecretários da Prefeitura de Niterói, bem como de outros entes federados, pesquisadores, professores universitários, especialistas em práticas inovadoras, representantes de Organizações da Sociedade Civil (OSC), entre outros.



Diante de problemas reais enfrentados pela Prefeitura, esperava-se engajar e inspirar os servidores a se envolverem em um ambiente de co-criação de ideias inovadoras que propusessem possíveis soluções para os problemas reais enfrentados pelo município. A partir dessas iniciativas, puderam concorrer ao **Prêmio ODS Week**, que selecionou e premiou as melhores soluções para desafios prioritários que impactam no desenvolvimento da cidade de Niterói. A colocação final foi:

- 1º lugar - **IntegraMob Niterói** (ODS 11). Desenvolveu o projeto CaminhaNit Escola, que oferece uma alternativa de mobilidade para crianças que residem e estudam no município, que englobe uma educação segura, saudável, sustentável, participativa, fácil de usar e barata para as crianças do município.
- 2º lugar - **NitHub Periferia Criativa** (ODS 8). Objetiva potencializar os empreendimentos criativos em favelas e territórios periféricos da cidade, através de um conjunto articulado de ações que reconheçam e garantam suporte a empreendedores periféricos, estimulem a inovação, fomentem negócios e fortaleçam redes e iniciativas na área da economia criativa da cidade.
- 3º lugar - **PrevSustentável** (ODS 12) - Tem como objetivo envolver a comunidade em um programa de reciclagem local, a partir da separação dos resíduos na fonte e da destinação da fração reciclável para alimentar a cooperativa. Também se propõe a participação dos moradores na manutenção de uma horta comunitária, que agregue os conceitos de educação ambiental e de economia criativa e solidária.

Como forma de incentivar tal iniciativa, foi sistematizado o **Manual de Implementação: ODS WEEK - Aceleração de Ideias para a Construção de Cidades Sustentáveis**, tendo como objetivo disseminar essa importante estratégia municipal na promoção da agenda 2030.



REDE DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

A **Cooperação Técnica Internacional** é ferramenta-chave para ajudar os governos municipais na construção de cidades menos desiguais, mais inclusivas e ambientalmente sustentáveis.



A Prefeitura de Niterói fez parte do projeto **“Sistemas de Responsabilidade Pública para medir, monitorar e informar sobre políticas urbanas sustentáveis na América Latina”**, financiado pelo **ONU-Habitat**. Ao participar deste projeto, Niterói e outras cidades latino-americanas do Brasil (Rio de Janeiro), Bolívia (La Paz e Tarija) e Peru (Chimbote e Trujillo) assumiram o compromisso de promover ações de sensibilização, disseminação e implementação alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, tendo como enfoque o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis. Foi produzido um relatório local voluntário.

Disponível em: www.observa.niteroi.rj.gov.br



A Prefeitura de Niterói fez parte do **Projeto de Cooperação Sul Sul** – em parceria com a Rede Mercocidades. O projeto possui como objetivo a **redução de desigualdades** com enfoque em transversalizar as perspectivas de território, gênero, raça/etnia. O projeto foi executado em 2021, em parceria com as Prefeituras de São Paulo, La Paz e Buenos Aires. Foram realizadas oficinas de capacitação dos servidores para desagregação dos dados, desenho de implementação de soluções e a produção de um relatório final sobre os resultados. Outro projeto em andamento em parceria com a Rede é o **“diverCiudades: Inclusión para la Agenda 2030”** com eixos sobre cidades plurais e inclusivas, cidades globais e sustentáveis e cidades inovadoras e eficientes.

Disponível em: www.unsouthsouth.org



Com o objetivo de fortalecer a Cultura de Gestão e Avaliação de Políticas Públicas no Município de Niterói, e, através de metodologias específicas, criar indicadores locais para **monitoramento dos ODS** a nível municipal, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão (SEPLAG) está construindo um **Acordo de Cooperação com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas**.

Abaixo estão os principais eixos estruturantes do acordo:

- Estudos para desenvolvimento, implantação e acompanhamento do alcance das metas da Agenda 2030.
- Plano de articulação e fortalecimento da Rede de observatórios temáticos de Niterói, com enfoque no trabalho intersetorial e fomento à participação social.
- Plano de promoção da cultura de avaliação e acompanhamento de programas e projetos de Niterói.
- Estratégia de fortalecimento de ações para combate à pobreza e redução das desigualdades de Niterói.
- Plano de promoção da Transformação Digital Inclusiva e Sustentável.

A prefeitura de Niterói participa desde 2020 do projeto **Urban 95** (Fundação Bernard van Leer) em conjunto com outras secretarias (SMS, SMU, NITTRANS, SME). O Urban95 é uma rede de diversos municípios que visa incluir a **perspectiva de bebês, crianças pequenas e seus cuidadores no planejamento urbano**, nas estratégias de mobilidade e nos programas e serviços destinados a eles. Gestores públicos e técnicos recebem apoio e capacitação sobre formas de contribuir com o desenvolvimento integral das crianças a partir da experiência das cidades, identificando e atuando nos territórios onde os bebês e suas famílias estão, em especial aqueles mais vulneráveis.

Disponível em: <https://urban95.org.br/cidade/niteroi-rj/>

Bloomberg
Philanthropies
City Data Alliance

Niterói foi uma das cidades selecionadas em 2023, a partir de inscrição feita pela SEPLAG e EGP para o **Programa City Data Alliance** da Bloomberg Philanthropies (Bloomberg Cities Network, em parceria com a Universidade Johns Hopkins). O programa tem como objetivo dar apoio e aceleração para uma **rotina de avaliação de performance de análise de dados**, em nível intermediário de governança de coleta e compartilhamento de dados, por meio de equipe focada a implementar as práticas em todos os níveis, assim como, através da participação do próprio Prefeito.

Disponível em: <https://www.bloomberg.com.br/>



Desde 2017 Niterói é uma das cidades signatárias do **Programa Cidades Sustentáveis (PCS)**. O programa é uma **agenda de sustentabilidade urbana** que incorpora as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural no planejamento municipal. O PCS atua na sensibilização e mobilização de governos locais para a implementação de políticas públicas estruturantes, que contribuam para o enfrentamento da desigualdade social e para a construção de cidades mais justas e sustentáveis. Estruturado em 12 eixos temáticos, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), das Nações Unidas, o programa oferece ferramentas e metodologias de apoio à gestão pública e ao planejamento urbano integrado, além de mecanismos de controle social e estímulo à participação cidadã. O PCS em Niterói tem principalmente o objetivo de desenvolver os ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis).

Disponível: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/paginas/pcs>



O projeto tem como objetivo promover o **fortalecimento e a modernização das políticas públicas** nas áreas cultural, ambiental, turística e educacional de Niterói. Isso está sendo realizado considerando a criatividade como um insumo transversal e estruturante, e com base nos princípios de valorização da cidadania cultural. Além disso, haverá integração do planejamento e avaliação com outras áreas estratégicas da cidade, visando a incorporação da cultura nas políticas de desenvolvimento urbano sustentável em conformidade com a Agenda 2030. O primeiro projeto em desenvolvimento é o Mapeamento de Dados que pretende constituir um catálogo de todas as bases de dados das políticas públicas do município, fortalecendo a estratégia de Gestão de Dados de Niterói.

OS 17 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ACABAR COM A POBREZA EM TODAS AS SUAS FORMAS, EM TODOS OS LUGARES.



Como a pobreza se manifesta no município? Onde ela está localizada? Qual o perfil da população em situação de pobreza e extrema pobreza no município? Como podemos enfrentar e combater a pobreza nas suas diversas manifestações? O que é pobreza multidimensional?

A pobreza representa um desafio multifacetado que afeta significativamente a maioria dos municípios brasileiros. Para compreender essa complexa questão, é crucial evitar uma abordagem simplista e estreita, que considera apenas a escassez de recursos financeiros como indicativo de pobreza. Em vez disso, devemos adotar uma visão ampla e multidimensional que reconheça as diversas formas em que a pobreza se manifesta.

Portanto, uma pessoa em situação de pobreza pode enfrentar inúmeros desafios como:

- Falta temporária ou crônica de renda adequada.
- Insegurança alimentar e nutricional, o que envolve dificuldades de acesso a uma dieta equilibrada (ODS 2).
- Condições habitacionais precárias, incluindo acesso inadequado a moradia (ODS 11).
- Limitações no acesso a serviços básicos, como água potável (ODS 6) e eletricidade (ODS 7).
- Exposição a situações de insegurança e violência (ODS 16).
- Dificuldades no acesso a cuidados de saúde adequados (ODS 3).
- Baixo nível de educação e falta de qualificação profissional (ODS 4).
- Incerteza quanto à obtenção de empregos dignos.

A compreensão da pobreza multidimensional é essencial para orientar políticas públicas eficazes e abrangentes que não se limitem apenas a abordar a escassez de recursos financeiros, mas também a melhorar todas essas dimensões da vida das pessoas em situação de vulnerabilidade. A abordagem integrada, envolvendo as diversas secretarias e adotando a perspectiva da atuação transversal em relação aos demais ODS (saúde, educação, acabar com a fome, redução das desigualdes, igualdade de gênero, acesso a água, energia elétrica, emprego e renda, etc.), é crucial para erradicação da pobreza em suas diversas formas.

Sugestão de Leitura

[As Múltiplas Dimensões da Pobreza na Infância e na Adolescência no Brasil](#)

https://youtu.be/-IzH_DyHUUk





ACABAR COM A FOME, ALCANÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR E MELHORIA DA NUTRIÇÃO E PROMOVER A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL.

Há pessoas sofrendo de fome ou desnutrição em nosso município? Onde vivem? Em quais faixas etárias essa condição é mais prevalente? Quais soluções de âmbito local podem ser implementadas para mitigar a fome e a desnutrição? Como posso coordenar a produção local de alimentos com sua distribuição e consumo dentro da comunidade?

As políticas públicas federais relacionadas à segurança alimentar e nutricional e à agricultura sustentável incluem diretrizes para apoiar a agricultura familiar em áreas rurais, urbanas e periurbanas, promover o uso sustentável da água, apoiar a reforma agrária e preservar a agrobiodiversidade. Esse apoio está alinhado com o desenvolvimento territorial e contribui para combater a pobreza e a fome, permitindo um desenvolvimento descentralizado, participativo e sustentável.²

No âmbito municipal, o enfoque central recai sobre o suporte direto aos produtores rurais. Este apoio não se limita apenas à questão agrícola, mas também abrange a promoção da igualdade de gênero e a consideração das necessidades específicas das mulheres que trabalham no campo, bem como das comunidades tradicionais.

Quando o debate é a questão do abastecimento de alimentos de alta qualidade e do acesso a esses alimentos, existem estratégias eficazes, sendo uma delas a promoção ativa da aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar local. Além disso, é importante fomentar a economia popular solidária, viabilizar a realização de feiras livres, estimular a agricultura urbana, como hortas residenciais ou comunitárias, pomares agroflorestais, praças públicas agroecológicas e agricultura remanescentes dos antigos cinturões verdes. Os benefícios da produção de alimentos nas cidades incluem a geração de emprego e renda, preservação da biodiversidade e aumento da disponibilidade de alimentos. Outra estratégia é aprimorar a infraestrutura, logística de transporte e suporte à comercialização, viabilizando, assim, que os agricultores possam eficazmente escoar seus produtos e garantir a viabilidade de sua renda.

Adicionalmente, medidas direcionadas podem ser adotadas para auxiliar grupos mais vulneráveis. Ações específicas, como restaurantes populares, programas de alimentação para trabalhadores, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos.



Sugestão de Leitura

[Guia Alimentar para a População Brasileira](#)





ASSEGURAR UMA VIDA SAUDÁVEL E PROMOVER O BEM-ESTAR PARA TODOS, EM TODAS AS IDADES.

Qual a cobertura dos serviços de saúde no município? Como é a qualidade do atendimento? Como está a distribuição de medicamentos? O quanto a saúde está adequadamente financiada? Estamos acima ou abaixo dos parâmetros aceitáveis? Qual a cobertura do saneamento básico?

A Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/199014) define as atribuições comuns dos Entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS): a universalidade, a integralidade, a equidade, a descentralização e o controle social. Esse fundamento legal faz com que a saúde seja um direito fundamental do cidadão, cabendo ao Estado brasileiro desenvolver ações voltadas à sua promoção, proteção e recuperação.

Para planejar um Plano Municipal de Saúde, é preciso conhecer a situação através dos indicadores, sendo fundamental ter conhecimento sobre a estrutura da rede de saúde, incluindo o número e tipos de unidades de saúde, a quantidade e categorias das equipes e profissionais disponíveis. É importante conhecer o número de leitos, a presença de pronto-atendimento, ambulatório e quais especialidades são oferecidas, bem como a quantidade e tipos de equipamentos de diagnóstico e sua abrangência. Além disso, é relevante considerar as condições socio sanitárias da população, os fluxos de acesso aos serviços de saúde, os recursos financeiros disponíveis, os processos de gestão do trabalho e da educação na área da saúde, assim como os processos de inovação tecnológica em saúde.

Niterói possui o Plano Municipal de Saúde participativo, o qual consiste em uma estratégia que visa à valorização e ao aperfeiçoamento do SUS, inspirada no projeto de Reforma Sanitária Brasileira, iniciado ainda na década de 1970. Nesse sentido, um planejamento que se estabeleça a partir das necessidades em saúde da população é fundamental para a efetivação de boas práticas de gestão em saúde nos seus diversos níveis.

A saúde é uma área bastante transversal e, portanto, é importante chamar atenção sobre o potencial de integração com outros ODS. Por exemplo, a pobreza (ODS 1) está relacionada à falta de acesso aos serviços de saúde; assim como a nutrição e o combate à fome (ODS 2) são essenciais para a saúde. A educação (ODS 4) promove hábitos saudáveis e prevenção de doenças. A saúde também contribui para combater a desigualdade de gênero (ODS 5) e está ligada à água de qualidade e saneamento (ODS 6). No trabalho (ODS 8), a saúde e segurança são fundamentais; assim como problemas ambientais urbanos (ODS 11) afetam a saúde e questões de violência e drogas (ODS 16). A saúde é crucial para a implementação e parcerias (ODS 17) visando à universalização, com papel vital no desenvolvimento sustentável.



Sugestão de Leitura

[Plano Municipal de Saúde Participativo;](#)
[Plano Municipal de Saneamento Básico;](#)





ASSEGURAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EQUITATIVA E DE QUALIDADE, E PROMOVER OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA TODOS.

Qual o grau de cobertura dos serviços de educação infantil e ensino fundamental? Quais os índices de evasão e distorção? Qual é o grau de aprendizagem entre os alunos do meu município? Qual é a nossa capacidade de financiar o sistema municipal de educação?

Para incorporar os princípios do ODS 4 no município e assumir as responsabilidades relacionadas aos serviços educacionais, é fundamental realizar uma análise abrangente de sua situação. Isso não apenas promoverá o desenvolvimento sustentável em nível local, mas também contribuirá para o cumprimento de outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de forma transversal. Alguns temas importantes para discussão em âmbito municipal são:

- **Financiamento Educacional:** Avaliar o investimento total do município em educação, incluindo gastos com pessoal, custeio e investimento; Verificar se o município atende ao mínimo constitucional de investimento em educação; Analisar as fontes de receita para a educação, considerando a contribuição da União e do Estado.
- **Transporte Escolar:** Identificar a demanda de alunos que vivem em áreas sem acesso a escolas; Avaliar os tempos de deslocamento de cada comunidade até a escola; Verificar a disponibilidade de frota para o transporte escolar e suas condições.
- **Alimentação Escolar:** Medir o índice de atendimento da merenda escolar e considerar a percepção dos pais e alunos sobre sua qualidade; Investigar a origem dos alimentos e se há prioridade para produtores locais no fornecimento.
- **Qualidade do Ensino:** Avaliar o desempenho do município em sistemas de avaliação nacionais, como o Ideb, Prova Brasil e Censo Escolar; Analisar o nível de formação dos professores e o grau de envolvimento das famílias na rotina escolar; Reabrir turmas de EJA em todo o país, com qualidade, e garantir acesso e permanência à população foco dessa política.
- **Infraestrutura Escolar:** Verificar a proporção de alunos por sala de aula; Garantir que as escolas tenham infraestrutura adequada, incluindo banheiros funcionando, cantina, bebedouros com água potável, segurança, conforto térmico e acústico, instalações esportivas, bibliotecas, auditórios e laboratórios.

Essa análise abrangente fornecerá ao município informações valiosas sobre sua capacidade de prestação de serviços educacionais, sua viabilidade financeira e a qualidade da educação oferecida. Ao trabalhar o ODS 4, o município estará contribuindo indiretamente para outros ODS, como o ODS 1, ODS 2 e ODS 10, pois a educação desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável em todas as áreas da vida das pessoas.

Sugestão de Leitura

[Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação](#)
[Cartilha Nacional da Alimentação Escolar](#)





ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAR TODAS AS MULHERES E MENINAS.

Como se manifesta a desigualdade de gênero em meu município? Qual o percentual de meninas que estão fora da escola em relação aos meninos? Quantas grávidas estão recebendo serviços de pré-natal? Qual a proporção de mulheres em posições de comando na prefeitura, na Câmara Legislativa? Que estratégias posso adotar para reduzir as desigualdades e empoderar mulheres e meninas?

Para promover mudanças significativas na vida das mulheres e meninas, é essencial adotar uma abordagem dupla, abrangendo tanto o aspecto social quanto o político. Um bom começo é fazer um levantamento da situação socioeconômica a partir de dados desagregados por gênero e identificar os pontos de desigualdade e suas causas.

É necessário identificar as políticas sociais existentes que impactam diretamente as questões de gênero e garantir que elas sejam adequadamente financiadas. Além disso, as iniciativas de empoderamento feminino devem ser parte integrante de um contexto mais amplo que inclui qualificação profissional, oportunidades econômicas e acesso ao financiamento, assim como considerar o acesso a crédito e a mercados. A alocação de recursos para essas ações é fundamental para sua efetiva implementação e sucesso. Dessa forma, as mulheres terão as condições necessárias para alcançar o empoderamento e a igualdade de gênero em todas as esferas. Ademais, ao planejar ações para a integração dos ODS em âmbito municipal é de extrema importância, bem como atender às distintas necessidades das mulheres nas áreas rurais e urbanas. Também é crucial garantir sua representatividade no contexto municipal, a fim de promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres em todos os aspectos da sociedade.

O ODS 5 apresenta um alto grau de interconexão com os demais, uma vez que a desigualdade de gênero se manifesta em várias dimensões. As mulheres são frequentemente as mais impactadas pela insegurança alimentar (ODS 2), dado que muitas vezes são as principais responsáveis pela alimentação das famílias, especialmente dos filhos. Além disso, a desigualdade também se reflete na esfera da saúde (ODS 3), uma vez que as mulheres necessitam de cuidados específicos, como a gravidez e a amamentação. É fundamental destacar a questão da violência (ODS 16): no Brasil, uma em cada três mulheres enfrentou algum tipo de violência no último ano (2022), sendo especialmente alarmante o número de agressões físicas.

Sugestão de Leitura

La sociedad del cuidado: Horizonte para una recuperación sostenible con igualdad de género.

Disponível em: <https://conferenciamujer.cepal.org/15/es/documentos/la-sociedad-cuidado-horizonte-recuperacion-sostenible-igualdad-genero>





GARANTIR DISPONIBILIDADE E MANEJO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA E SANEAMENTO PARA TODOS.

Quem não tem acesso à água no meu município? Onde estão essas pessoas? Qual a porcentagem da população que possui solução adequada de coleta e tratamento de esgotos no meu município? Como esta realidade se comporta por bairro?

O objetivo do ODS 6 é garantir o acesso à água potável e segura para todos, juntamente com o saneamento básico e a higiene. Estes aspectos são cruciais para a saúde pública e para evitar a contaminação do solo, rios, mares e outras fontes de água. A disponibilidade de água potável e saneamento básico está diretamente ligada aos ODS 1 e 2, que abordam o combate à pobreza e à segurança alimentar, respectivamente. A falta de acesso a esses serviços é um fator de desigualdade (ODS 11) e pode afetar a preservação dos recursos hídricos (ODS 14). O ODS 6 também aborda o uso responsável da água na indústria e na agricultura, visando aumentar a eficiência. Além disso, também são discutidos os marcos institucionais que favorecem a participação da sociedade no controle do uso da água e na proteção do meio ambiente.

No Brasil, os municípios são responsáveis pela prestação de serviços de saneamento, independentemente de serem oferecidos diretamente ou por meio de concessão. Portanto, é papel do município definir as metas e prazos para o cumprimento do ODS 6, e viabilizar os meios para alcançá-las. O Plano Municipal de Saneamento é o instrumento fundamental para essa ação, e deve ser elaborado pelo município em conjunto com a sociedade local, por meio de audiências públicas. O plano deve conter as metas e estratégias para a prestação universal dos serviços de saneamento.

Niterói possui seu Plano Municipal de Saneamento Básico, que, definido por lei, engloba os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais. O Plano, dessa forma, conta com o diagnóstico técnico e operacional dos sistemas de água e esgoto, sua caracterização institucional, além da análise do arcabouço legal e do contrato de concessão de serviço. Ele também analisa aspectos da drenagem urbana e manejo das águas pluviais, como a situação atual do serviço, a estrutura geral do sistema e a caracterização das bacias hidrográficas. Além disso, conta com a análise legal do sistema de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, os indicadores existentes e programas ambientais referentes à essa temática.

Sugestão de Leitura

 *Guia para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico*, publicado pelo Ministério das Cidades - Secretaria Nacional de Saneamento Básico Ambiental
Plano Municipal de Saneamento Básico de Niterói





GARANTIR ACESSO À ENERGIA BARATA, CONFIÁVEL, SUSTENTÁVEL E RENOVÁVEL PARA TODOS.

Quem não tem acesso à energia no meu município? Onde estão essas pessoas? Quantos na área urbana, quantos na área rural? O quanto esse déficit tem impedido o desenvolvimento econômico? As tarifas cobradas são razoáveis? Quantos % da energia gerada é de fontes renováveis?

O ODS 7 trata do acesso às diferentes fontes de energia, principalmente às renováveis, eficientes e não poluentes. A energia é um componente fundamental para o desenvolvimento econômico local (ODS 8) e o acesso deve ser universal, na perspectiva da redução da pobreza (ODS 2). Para atender às metas do ODS 7 é necessário considerar diferentes níveis de poder: a energia é essencial para a vida cotidiana, o desenvolvimento econômico local e a produção industrial global.

A Constituição Federal de 1988 determina que compete à União legislar sobre o tema da energia. Cabe à Empresa de Pesquisa Energética (EPE), criada em 2004, a responsabilidade de realizar estudos e pesquisas sobre a matriz energética brasileira. O Brasil, nesse quesito, dispõe de informações tais como o Balanço Energético Nacional. No momento, está em vigor o Plano Nacional de Energia (PNE), que tem como objetivo o planejamento de longo prazo do setor energético do país, orientando tendências e balizando as alternativas de expansão desse segmento nas próximas décadas. Já a universalização dos serviços é uma meta estabelecida pela Lei 10.438/20023, que cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) fixar para cada concessionária e permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica.

No Brasil, a matriz energética é baseada na geração hidrelétrica, mas a tendência a escassez de água e o grande impacto ambiental causado pela geração de energia a partir de combustíveis fósseis exigem soluções alternativas de gestão no nível municipal. A prefeitura tem importantes atribuições, como criar mecanismos para a geração de energia alternativa, investir em políticas públicas que incentivem a adoção de práticas sustentáveis por parte dos cidadãos e empresas locais, além de reduzir o consumo de energia em horários de pico. Considerando que a energia é um dos principais centros de custo para a administração pública municipal, é importante que a cidade implemente ações para reduzir os custos, tanto com consumo quanto com a manutenção dos sistemas elétricos sob sua responsabilidade, como prédios e sistemas de iluminação pública.

Sugestão de Leitura

Gestão da Política Energética – bases para uma Política Pública Municipal, publicado na Revista Brasileira de Energia em 2008.39.

Guias para Eficiência Energética nas Edificações Públicas, executado pelo Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL





PROMOVER O CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTADO, INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL, EMPREGO PLENO E PRODUTIVO E TRABALHO DECENTE PARA TODAS E TODOS.

Qual é a vocação econômica do meu município? Quais capacidades locais o município tem e ainda não foram exploradas? Como está o nosso nível de produtividade? Como poderia ser maior?

O ODS 8 tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e melhorar as condições de trabalho, incentivando a formalização e o crescimento de micro, pequenas e médias empresas. O emprego decente, o empreendedorismo, o valor à criatividade e à inovação são alguns dos pilares desse ODS. Além disso, o objetivo visa apoiar o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura, e respeitar os direitos trabalhistas, inclusive de migrantes. É importante mencionar que o ODS 8 também se atenta ao trabalho no recorte de grupos sociais específicos, como mulheres, pessoas com deficiência e jovens.

Para promover o crescimento econômico, é necessário identificar o potencial e a vocação econômica do município, bem como os recursos disponíveis que precisam ser desenvolvidos. O projeto "Niterói Empreendedora - Uma Cidade de Oportunidades" reuniu programas e iniciativas criadas pela Prefeitura de Niterói durante a pandemia da Covid-19, e também pós crise sanitária, para manter a atividade econômica no município, como o Empresa Cidadã e programas de crédito a juros zero, como o Niterói Supera, Supera Mais e Supera Mais Ágil. Além disso, a plataforma digital de novos negócios foi disponibilizada gratuitamente para desburocratizar e ajudar no desenvolvimento de novos empreendimentos na cidade. Outro importante programa do município é Moeda Social Arariboia, que a partir da transferência de renda, atrela auxílio à população vulnerável e desenvolvimento do comércio local.

Por fim, é fundamental ampliar a produtividade, diversificar a produção, investir em infraestrutura, tecnologia e inovação (ODS 9) e qualificar a mão de obra (ODS 4). O Estado deve planejar o crescimento com desenvolvimento social, garantindo condições dignas de trabalho e renda suficiente para uma vida decente.

Sugestão de Leitura



A Crise do Emprego Jovem: Tempo de Agir - desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinado na Conferência Internacional do Trabalho (CIT), realizada em 2012 em Genebra. O Ministério do Turismo desenvolveu o Programa de Regionalização do Turismo, que estabelece diretrizes políticas e operacionais para orientar sua implementação





CONSTRUIR INFRAESTRUTURA RESILIENTE, PROMOVER A INDUSTRIALIZAÇÃO INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL, E FOMENTAR A INOVAÇÃO.

Como está a infraestrutura do meu município? Quais são os gargalos existentes para escoar a produção e para o ingresso de produtos? Quantas pessoas no meu município estão sem acesso a internet de qualidade? Onde elas estão? Que parcerias seriam possíveis para preencher as lacunas?

Este ODS trata, principalmente, do desenvolvimento da indústria, da inovação e da geração de valor. Para tanto, a infraestrutura é questão básica de suporte. Aqui, ela deve ser entendida de modo amplo, que vai desde a construção e manutenção de portos, aeroportos, ferrovias, terminais para escoamento da produção, até parques de inovação, passando por atendimento de redes de telecomunicações. O desenvolvimento tecnológico e a diversificação industrial têm papel central neste objetivo, uma vez que possibilitam o ganho de eficiência na produção.

A provisão de infraestrutura urbana, energética e tecnológica municipais é um grande desafio, pois exige pesados investimentos e capacidades institucionais e gerenciais não apenas do município, mas dos outros atores envolvidos. Ao mesmo tempo, a provisão de infraestrutura e a promoção da industrialização inclusiva e sustentável são fatores decisivos para o desenvolvimento econômico (ODS 8) e sustentabilidade urbana (ODS 11) municipais. Niterói, sendo a segunda cidade do País em números de pesca extrativa marinha de acordo com a SAPERJ, está trabalhando no desenvolvimento do Terminal Pesqueiro e da Dragagem do Canal de São Lourenço, sendo exemplos de estruturas de geração de valor, fundamental para incentivarmos o setor, promover negócios e gerar empregos.

Em relação à mobilidade urbana em cidades de médio e grande porte, devem ser adotados projetos e políticas que priorizem o uso de transporte público coletivo e outros meios de transporte não motorizado, sendo ações que contribuem para a sustentabilidade ambiental (ODS 15), uma vez que reduzem o volume de emissão de poluentes, o que também mitiga as mudanças do clima (ODS 13). Niterói conta com o órgão “Niterói de Bicicleta”, responsável por promover a bicicleta na cidade. Trabalham de forma participativa para que o município tenha ainda mais ciclovias, respeito aos ciclistas nas ruas, bicicletários, além de ações que estimulem a cultura da bicicleta.

Sugestão de Leitura

 Guia Metodológico Projeto MoviMENTE – Projeto de Mobilidade Sustentável sob a Metodologia UM-SMART, realizado pela Confederação Nacional de Municípios.





REDUZIR A DESIGUALDADE DENTRO DOS PAÍSES E ENTRE ELES.

Como a desigualdade se manifesta em meu município? Que ações podem ser tomadas para reduzir desigualdades territoriais, entre homens e mulheres, entre brancos e negros?

A redução da desigualdade entre e dentro dos países é o tema deste ODS. Suas metas visam assegurar renda às populações mais pobres, promover a inclusão social e política, e adotar políticas de proteção salarial. Também fazem parte das metas a implementação de medidas institucionais, como a eliminação de leis discriminatórias e a promoção de leis adequadas que caminhem para a redução das desigualdades. Fiscalizar e regular os mercados financeiros, de forma a não concentrarem renda, e dar tratamento justo a migrantes também estão entre as metas deste ODS.

A desigualdade é, junto com a pobreza (ODS 1), um dos problemas sociais mais graves do nosso país e de muitos outros, manifestando-se por diversas dimensões. Ela está presente em várias frentes, como, por exemplo, no acesso e qualidade dos alimentos (ODS 2), no acesso a remédios e aos sistemas de saúde (ODS 3), na qualidade do ensino e estruturas dos espaços escolares (ODS 4), na desigualdade de gênero (ODS 5), entre outros, sendo essas algumas expressões claras da desigualdade. Desta forma, o seu combate deve ter uma atuação multidimensional e transversal, em que, por meio de políticas públicas eficientes, o poder público consiga criar estratégias para que a população tenha acesso aos aspectos necessários à reprodução de uma vida digna.

Tendo em vista que o poder público municipal está mais próximo da realidade de seus habitantes, é necessário que ele possua a "lente" voltada para os grupos excluídos, assegurando que suas necessidades sejam compreendidas e encaminhadas de forma prioritária. O município pode, por exemplo, implementar políticas que favoreçam a desconcentração de renda (ODS 1), fornecer incentivos à compra da produção de agricultores familiares (ODS 2), melhorar o acesso e barateamento do crédito produtivo, aumentar a circulação de dinheiro no comércio local e melhorar a formação dos jovens (ODS 4), entre outras medidas que possibilitam a redução das desigualdades.

Sugestão de Leitura



Mapa da Desigualdade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2020, realizado pela Casa Fluminense





TORNAR AS CIDADES E OS ASSENTAMENTOS HUMANOS INCLUSIVOS, SEGUROS, RESILIENTES E SUSTENTÁVEIS.

Como se dá o uso e ocupação do solo em minha cidade? Há assentamentos irregulares que ameaçam áreas de preservação? A expansão urbana está sendo acompanhada por investimentos em infraestrutura? Qual o déficit habitacional em meu município? Como ele se comporta em relação às faixas de renda? Qual o tempo médio que as pessoas levam diariamente entre suas casas e o trabalho? Quais as áreas que têm mais problemas de segurança em meu município?

Cidades mais inclusivas, seguras, sustentáveis e resilientes a desastres ou a eventos incomuns são as metas deste objetivo, conhecido como ODS das cidades. O Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) é a principal referência na legislação brasileira para integrar as ferramentas necessárias em estratégias de planejamento e gestão urbana. É importante destacar que a lei incentiva a elaboração de planos diretores com a inclusão da comunidade no processo de planejamento e gestão da cidade e instituição dos conselhos locais.

As municipalidades utilizam amplamente o instrumento urbanístico conhecido como Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), que visam a demarcação de áreas para assegurar a construção de moradias populares e agilizar os processos de regularização fundiária em áreas já ocupadas. Esse instrumento contribui para o combate à pobreza (ODS 1) e à desigualdade (ODS 10). Programas e projetos devem prover habitações seguras, com tecnologia adequada e preço acessível, atendidas por serviços básicos como água potável e saneamento (ODS 6), energia (ODS 7), acessos, transporte, saúde (ODS 3), educação (ODS 4), e assistência social (ODS 1).

A prefeitura deve evitar a criação de assentamentos e bairros irregulares, regularizar os existentes e oferecer moradias populares para pessoas que moram em áreas de risco e em situação de rua. Para a Nova Agenda Urbana inclusiva, é importante implementar um regimento nacional para enfrentar a informalidade urbana. Investimentos para a promoção da regularização fundiária e capacitação das municipalidades no que tange às etapas para a realização de projetos que fomentam a regularização fundiária e prevenção à informalidade são essenciais para o progresso do ODS 11.

É fundamental adotar práticas de planejamento urbano que fortaleçam as estratégias de mitigação e adaptação das cidades às mudanças climáticas (ODS 13). Além disso, tornar as cidades mais resilientes a desastres (ODS 15) é crucial. A prefeitura deve priorizar o atendimento à população afetada por alguma situação de desastre e orientar preventivamente as comunidades que vivem em áreas de risco.

Sugestão de Leitura

[Plano Diretor como Instrumento de Desenvolvimento Urbano Municipal](#)

[Metodologia para Elaboração do Plano Diretor Participativo](#)

[O que os Municípios precisam saber sobre planejamento territorial e habitação](#)





ASSEGURAR PADRÕES DE PRODUÇÃO E DE CONSUMO SUSTENTÁVEIS.

Em meu município estamos produzindo e consumindo com responsabilidade social e ambiental? Nossos padrões de consumo são predatórios e insustentáveis? Temos preocupação em ofertar tecnologias e produtos menos nocivos ao meio ambiente?

A promoção de práticas sustentáveis de consumo e produção exige a utilização responsável dos recursos, visando à redução de desperdícios e à minimização dos impactos ambientais. Para isso, o ODS 12 orienta a implementação de políticas que promovam a adoção de práticas sustentáveis e estimulem iniciativas que fomentem a economia circular e a responsabilidade ambiental, impulsionando a transformação cultural e promovendo ações adequadas.

Para alcançar tal objetivo, é desejável sensibilizar os cidadãos sobre a importância do uso consciente de água (ODS 6) e energia (ODS 7), reduzir a geração de resíduos e promover a reciclagem, estimular o consumo de produtos mais naturais e com menor uso de agrotóxicos (ODS 12), além de evitar a poluição em suas diversas formas (ODS 14 e 15). É possível associar essas práticas a outras políticas municipais voltadas para o desenvolvimento econômico, preservação ambiental e combate à pobreza, tais como:

- Valorização do trabalho dos catadores e promoção da reciclagem como atividade econômica;
- Redução do impacto nos recursos hídricos, terrestres e na biodiversidade, alinhando-se com políticas de meio ambiente e preservação dos ecossistemas naturais;
- Estímulo à gestão de resíduos sólidos, incluindo a implementação de um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e sistemas de coleta seletiva;
- Implementação de programas para educação ambiental integrados ao sistema educacional para conscientizar e mobilizar a população sobre práticas sustentáveis.

Outra possibilidade consiste na adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) – um compromisso formal da prefeitura com práticas sustentáveis – promovendo ações ambientais na administração pública para um engajamento efetivo em direção a uma gestão mais consciente e responsável.

Sugestão de Leitura

Manual de Educação para o Consumo Sustentável

Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis - PPCS





TOMAR MEDIDAS URGENTES PARA COMBATER A MUDANÇA DO CLIMA E SEUS IMPACTOS.

Em que medida meu município está contribuindo para as mudanças do clima? Que medidas poderiam ser adotadas localmente para combater a mudança do clima e seus impactos?

Focado na luta contra a mudança climática e seus impactos, o ODS direciona esforços para a ação contra a mudança climática. Para isso, é crucial que comunidades e governos se unam para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e fortalecer a resiliência diante de eventos climáticos extremos.

Apesar de o governo federal ser o centralizador das políticas relacionadas a combustíveis e geração de energia elétrica, a gestão municipal pode adotar algumas medidas para contribuir na mitigação dos impactos das mudanças climáticas. Tais ações não apenas abordam as emissões de gases de efeito estufa, mas também promovem uma gestão sustentável alinhada com os ODS 7, 11, 12 e 15.

— **Estímulo à geração de energia fotovoltaica:** Estimular a adoção de energia solar e outras fontes renováveis, incentivando a implementação de soluções para tornar prédios mais eficientes, como a instalação de telhados brancos ou com vegetação, de modo a aumentar a refletividade da cidade;

— **Mobilidade Sustentável:** Promover o uso de transportes sustentáveis, como bicicletas e veículos elétricos, bem como incentivar a redução do transporte individual;

— **Gestão de Resíduos:** Fomentar a compostagem domiciliar e implementar programas de redução de metano na disposição de resíduos, contribuindo para a diminuição dos gases de efeito estufa;

— **Compras Públicas Sustentáveis:** Sempre que possível priorizar produtos e serviços ambientalmente responsáveis, considerando não apenas o custo, mas também o impacto ambiental e a eficiência no uso de recursos.

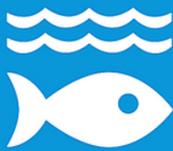
Fomentar uma mudança nos padrões de consumo, preservar a biodiversidade e gerir os riscos de desastres naturais também são passos cruciais na jornada em direção a um futuro sustentável e resiliente. Estas iniciativas demonstram o firme compromisso com a proteção do meio ambiente e o bem-estar da comunidade, sendo essenciais para construção de um mundo mais sustentável.

Sugestão de Leitura

Crianças, adolescentes e mudanças climáticas no Brasil - UNICEF

Acordo de Paris





CONSERVAR E USAR SUSTENTAVELMENTE OS OCEANOS, OS MARES E OS RECURSOS MARINHOS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

De que maneira meu Município está contribuindo para a conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos?

Para alcançar o desenvolvimento sustentável, é essencial priorizar a preservação e utilização responsável dos recursos marinhos e costeiros, ponto este que requer uma administração meticulosa para garantir a conservação desses ecossistemas essenciais. Apesar de a Constituição Federal definir a zona costeira como "patrimônio nacional" (Art. 225, §4º), é de extrema importância que os governos locais desempenhem um papel ativo no gerenciamento costeiro e na ordenação do uso desses recursos, permitindo a aplicação de instrumentos de controle e gestão. No âmbito municipal, algumas ações podem ser desempenhadas para contribuir com esse objetivo, dialogando com outros ODS concomitantemente, tais como:

— **Conscientização nas escolas (ODS 4):** Promover a educação ambiental, especialmente nas escolas de educação básica, para sensibilizar a comunidade sobre a importância da conservação dos ecossistemas marinhos e costeiros;

— **Gestão participativa das atividades socioeconômicas (ODS 17):** Incentivar a participação da comunidade na gestão das atividades que impactam a zona costeira, visando elevar a qualidade de vida e proteger o patrimônio histórico, natural, étnico e cultural;

— **Apoio aos pescadores locais (ODS 10):** Dar especial atenção às comunidades de pescadores, especialmente os artesanais, apoiando suas associações e cooperativas, para enfrentar os desafios impostos pelos grandes exploradores predatórios;

— **Compatibilização com planos estaduais/nacionais (ODS 15):** Integrar a dimensão ambiental nas políticas locais, alinhando-as com os planos estaduais e nacionais de gerenciamento costeiro;

— **Fiscalização e Sanções (ODS 11 e 15):** Estabelecer regulamentações locais para edificações, trânsito, higiene e outras atividades na zona costeira, utilizando instrumentos de tributação, fiscalização e imposição de sanções; implementar mecanismos de controle sobre os agentes causadores de poluição ou degradação ambiental; criar ações e articulação de atores para coibir a pesca excessiva e predatória; impedir o desmatamento de mangues, proteger os corais e evitar a poluição das praias.

Sugestão de Leitura

Cultura Oceânica para todos: Kit Pedagógico, da UNESCO.

Princípios para a Restauração de Ecossistemas para Guiar a Década da ONU 2021-2030





PROTEGER, RECUPERAR E PROMOVER O USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES, GERIR DE FORMA SUSTENTÁVEL AS FLORESTAS, COMBATER A DESERTIFICAÇÃO, DETER E REVERTER A DEGRADAÇÃO DA TERRA, E DETER A PERDA DE BIODIVERSIDADE.

De que maneira meu município está contribuindo para a conservação e uso sustentável dos ecossistemas terrestres? Como estamos gerindo nossas florestas? Temos áreas que correm o risco de desertificação? Precisamos combater essa ameaça? Estamos preservando a biodiversidade local?

Este ODS busca promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerenciar de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade. Para contribuir com esse objetivo, o município pode incorporar em seus planos locais uma série de iniciativas que promovem a utilização responsável da biodiversidade, tais como:

- Implementação de projetos que fomentem o uso sustentável da biodiversidade, abrangendo a capacitação de pessoal;
- Estabelecimento e fortalecimento de organizações dedicadas à pesquisa e o apoio a pequenas e médias empresas;
- Ações que visem à conservação de áreas naturais e à contenção do desmatamento e degradação ambiental.

O ODS 15 apresenta oportunidades significativas de integração com outros ODS, com destaque a complementaridade com o ODS 4 (educação de qualidade), especialmente através do potencial de conscientização proporcionado pela rede de ensino. Ressalta-se, ainda, a necessária busca pelo equilíbrio entre desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, ponte este que alinha o ODS 15 com os objetivos 8 e 9.

Considerando a suma importância da conservação e preservação no planejamento urbano, dialoga com o ODS 11 (cidade e comunidades sustentáveis), tal como apresenta relação com o ODS 6 (preservação dos recursos hídricos e suas nascentes) e com a promoção de estratégias integradas para a implementação de políticas ambientais, ressaltada no ODS 17 (parceiras e meios de implementação) , reforçando a importância de abordagens coordenadas e colaborativas na busca pela preservação da vida terrestre e da biodiversidade.

Sugestão de Leitura



Fortalecendo a Gestão Ambiental Municipal: mecanismos financeiros e visibilização de boas práticas, publicado pela FGV EAESP.

Cartilha da Restauração de Ecossistemas: um guia prático para a cura do planeta





PROMOVER SOCIEDADES PACÍFICAS E INCLUSIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PROPORCIONAR O ACESSO À JUSTIÇA PARA TODOS E CONSTRUIR INSTITUIÇÕES EFICAZES, RESPONSÁVEIS E INCLUSIVAS EM TODOS OS NÍVEIS.

Quais são as ocorrências na área de segurança do meu município? De que tipo são? Onde há maior incidência? Quais os públicos mais atingidos? De que maneira meu município pode contribuir para melhorar a segurança pública local de forma a tornar-se uma sociedade pacífica? As pessoas estão tendo acesso à justiça? Como fazer para melhorar a sua eficiência?

Apesar de a Constituição Federal indicar a área de segurança pública como dever dos Estados, considerando que esta é, concomitantemente, direito e responsabilidade de todos, os Municípios desempenham um papel crucial na promoção desta área para além da proteção de seus próprios bens e serviços (Art. 144 da CF), especialmente no que tange a desenvolver e implementar políticas integradas (educação, saúde, assistência social, esporte, cultura, juventude, entre outras) com ênfase na prevenção da violência.

Considerando que segurança pública vai muito além de medidas ostensivas, para atuar na prevenção da violência é fundamental articular esforços em áreas correlacionadas, sobretudo, à educação (ODS 4), saúde (ODS 3), emprego (ODS 8) e habitação (ODS 11), dentre outras, com o intuito de colaborar na redução dos fatores de risco para a ocorrência de violência e criminalidade. Além disso, é possível adotar estratégias voltadas para aspectos como o planejamento urbano, infraestrutura física e de iluminação (ODS 8 e 11), revitalização de áreas degradadas, melhoria do acesso viário, bem como prevenção e combate ao abuso de álcool e outras drogas (ODS 3), especialmente entre os jovens. O controle, transparência e combate à corrupção são aspectos vitais para a atuação dos prefeitos e gestores. Estratégias de gestão eficaz dos recursos públicos, juntamente com a Lei de Acesso à Informação, são essenciais nesse processo.

Dialogando com tal objetivo, Niterói vem adotando uma série de medidas, tal como o Pacto Niterói Contra Violência, que inclui ações de reforço de policiamento e projetos como Escola da Família, Escola da Paz, Poupança Escola, Rede Mais Proteção, Espaço Nova Geração, Território da Juventude, EcoSocial e Banco de Oportunidades; ações para reforço da segurança escolar como a Ronda Escolar da Guarda Municipal e o Escola + Segura, desenvolvido de forma integrada pela Secretaria Municipal de Educação (SME) e Secretaria de Ordem Pública (Seop); bem como diversas ações da Coordenadoria de Políticas e Direitos das Mulheres (CODIM) e da Coordenadoria de Juventude de Niterói (CPPJ).

Sugestão de Leitura

Acervo Pacto Niterói Contra a Violência

Observa Mulher: Dados Coordenadoria de Políticas e Direitos das Mulheres





FORTALECER OS MECANISMOS DE IMPLEMENTAÇÃO E REVITALIZAR A PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Há capacidade institucional e mecanismos de implementação suficientes instalados para a integração dos ODS? Existe capacidade municipal para realização de parcerias visando à implementação da Agenda 2030? Como fortalecer parceria para impulsionar o desenvolvimento sustentável? Quais organizações/órgãos têm interesses e objetivos semelhantes?

O estabelecimento de metas e objetivos, por si só, não é suficiente no âmbito da gestão pública. Para alcançar os resultados desejados, é crucial o desenvolvimento de estratégias, estruturas, processos de trabalho e recursos que, conjuntamente, reflitam nas iniciativas e ações desempenhadas. Assim, possuir meios para a execução de ações e buscar unir esforços para estabelecer parcerias reflete no fortalecimento da gestão.

Com a conscientização do papel fundamental das redes colaborativas para alcançar objetivos em larga escala, a celebração e o fortalecimento de alianças locais para alcançar os ODS da Agenda 2030 demonstram-se essenciais e podem ser articuladas através de atores locais, como gestão pública, sociedade civil, empresas privadas e instituições acadêmicas, haja vista que possuem em comum o interesse e a agenda do desenvolvimento sustentável. Em Niterói, parcerias com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) são exemplos de integração com grandes resultados em problemas públicos concretos e fortalecimento da gestão.

Assim, no que se refere aos governos municipais, destaca-se a responsabilidade de:

Gerenciar todos os recursos com a máxima eficiência, tal como aumentar a receita, reduzir os gastos operacionais e promover investimentos visando o bem-estar da população;

Administrar a equipe de modo a capacitar e motivar os servidores públicos a oferecerem o melhor de si, ajustar a estrutura organizacional ao porte do município e aos objetivos estabelecidos, bem como implementar ferramentas que forneçam informações estratégicas aos gestores;

Aprimorar acesso a dados e comunicação pública, visando disseminação de informações e transparência das ações;

Identificar necessidades, celebrar parcerias entre governos, setor privado, sociedade civil e comunidade internacional para impulsionar o desenvolvimento sustentável.

Sugestão de Leitura

Guia de Mobilização de Parcerias para o Alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, elaborado pelo PNUD.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Prefeitura de Niterói tem demonstrado um compromisso sólido e engajado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pelas Nações Unidas como um guia global para a promoção de um futuro mais justo e sustentável. Esse compromisso se traduz em uma série de ações concretas e parcerias estratégicas que posicionam a cidade como um exemplo de liderança em sustentabilidade.

Ao chegarmos ao final do Guia Municipal de Desenvolvimento Sustentável, é imperativo que reflitamos sobre o impacto que essas metas globais têm em nosso presente e futuro. O mundo está em constante evolução, e a busca por um planeta mais justo, equitativo e sustentável para todos nunca foi tão urgente. No cenário atual, os ODS da ONU desempenham um papel fundamental nesse processo, e é nosso dever abraçar essa missão com determinação.

A jornada até aqui nos mostrou progressos notáveis em diversas áreas, mas também nos confrontou com desafios persistentes. E, no cerne desse dilema, está a necessidade de ação imediata e colaborativa. As mudanças climáticas, a desigualdade social, a pobreza e a degradação ambiental são desafios que não esperam, e é nos municípios que grande parte das soluções são encontradas.

Os servidores municipais desempenham um papel crucial na realização dos ODS. São vocês, autoridades e servidores públicos, que moldam as políticas e ações que têm um impacto direto na vida das pessoas. Portanto, capacitar-se com o conhecimento e a compreensão dos ODS é uma responsabilidade.

É crucial que cada órgão e departamento municipal trabalhe de maneira coordenada, coletando dados, analisando e relatando regularmente o progresso em relação às metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Este Guia é um lembrete de que a realização dos ODS é uma responsabilidade compartilhada e que, juntos, podemos transformar essa visão em uma realidade palpável para todos. À medida que enfrentamos desafios cada vez mais complexos, é hora de acelerar nossos esforços em direção a um futuro mais sustentável e igualitário.

A Agenda 2030 está em curso, e nosso tempo é limitado. O futuro sustentável que almejamos é alcançável, e juntos, vamos transformar essa visão em realidade. Muito obrigado pela dedicação e comprometimento.

Rumo às ações!

Referências Bibliográficas

- Acervo Digital. **Documento do Pacto Niterói Contra a Violência**. Disponível em < <http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/o-pacto/acervo/>>.
- CASA FLUMINENSE. **Mapa da Desigualdade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ, 2020.
- BRASIL. Confederação Nacional de Municípios. **Guia Metodológico: Projeto MovIMENTE. Projeto de Mobilidade Sustentável sob a Metodologia UM-SMART**. – Brasília, DF, 2015.
- BRASIL. Confederação Nacional de Municípios. **Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros – Gestão 2017-2020**. Brasília, DF, 2017.
- BRASIL. Confederação Nacional de Municípios. **Metodologia para Elaboração de Plano Diretor Participativo**. Brasília, DF, 2007.
- BRASIL. Confederação Nacional de Municípios. **O que os Municípios precisam saber sobre: Planejamento Territorial e Habitação**. Brasília, DF, 2019.
- BRASIL. Confederação Nacional de Municípios. **O Plano Diretor como instrumento de Desenvolvimento Urbano Municipal: orientações para o processo de elaboração e revisão do Plano Diretor**. Brasília, DF, 2013.
- BRASIL. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). **As Múltiplas Dimensões da Pobreza na Infância e na Adolescência no Brasil**. Brasília, DF, 20023.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Guia para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico**. Brasília, DF, 2011.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Acordo de Paris..** Brasília, DF, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar**. Brasília, DF, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de Educação para o Consumo Sustentável**. Brasília, DF, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF, 2014.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Ação Para Produção e Consumo Sustentáveis - PPCS**. Brasília, DF, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. Brasília, DF, 2014.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**. Brasília, DF, 2013.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. **VII RELATÓRIO LUZ DA SOCIEDADE CIVIL AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. 2023. Disponível em <https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2023/10/rl_2023_v8-webcompleto-lr.pdf>.
- **Coalização Estratégia ODS**. Disponível em <<https://www.estrategiaods.org.br/os-ods/ods6/>>.
- FGV AESP. **Fortalecendo a Gestão Ambiental Municipal: mecanismos financeiros e visibilização de boas práticas**. 2015. Disponível em <https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/u62/cartilha_fortalecendo_a_gestao_ambiental_municipal_ceapg.pdf>.
- **Índice de Desenvolvimento de Cidades Sustentáveis**. Disponível em <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>> .
- KURAHASSI, Luiz; RIBEIRO, Fernando; SAIDEL, Marco; GIMENES, André. **Gestão da energia elétrica: bases para uma política pública municipal**. Revista Brasileira de Energia, Itajubá-MG, Vol. 14, N°2, pp. 47-65, 2°Sem. 2008.
- NITERÓI. Decreto N° 14.250/2021. **Institui e organiza o Sistema de Avaliação e Gestão da Informação de Políticas Públicas de Niterói, cria a Pesquisa Municipal por Amostra de Domicílios e dá outras providências**. Niterói, RJ, 16 de dezembro de 2021.
- NITERÓI. Secretária Municipal de Conservação e Serviços Públicos. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. Niterói, RJ, 2020.
- NITERÓI. Secretaria Municipal de Saúde. **Plano Municipal de Saúde Participativo**. Niterói, RJ, 2022.
- OIT. **A Crise do emprego jovem: Tempo de agir: Relatório elaborado pelo BIT para a discussão na CIT 2012 sobre Emprego Jovem**. 2012. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/genericdocument/wcms_301825.pdf>.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Crianças, adolescentes e mudanças climáticas no Brasil**. UNICEF, 2022. Disponível em <<https://www.unicef.org/brazil/media/21346/file/criancas-adolescentes-e-mudancas-climaticas-brasil-2022.pdf>> .
- **ONU Brasil**. 2023. Disponível em <<https://brasil.un.org/pt-br>>.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Cultura Oceânica para todos: Kit Pedagógico**. UNESCO, 2017. Disponível em <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373449>>.

Referências Bibliográficas

- Organização das Nações Unidas. **La sociedad del cuidado Horizonte para una recuperación sostenible con igualdad de género**. Santiago: ONU, 2022. Disponível em <<https://conferenciamujer.cepal.org/15/es/documentos/la-sociedad-cuidado-horizonte-recuperacion-sostenible-igualdad-genero>>.
- **PNUD Brasil**. Disponível em < <https://www.undp.org/pt/brazil/pnud-no-brasil>>.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Guia de Mobilização de Parcerias para o Alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, PNUD, 2021.
- RIO DE JANEIRO. Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL. **Guias para Eficiência Energética nas Edificações Públicas**. Rio de Janeiro, RJ, 2014.
- UN. **Cartilha da Restauração de Ecossistemas: um guia prático para a cura do planeta**. 2021. Disponível em <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/35858/ERP_PT.pdf?sequence=16&isAllowed=y>.
- UNICEF Brasil. **Pobreza Multidimensional | UNICEF Brasil**. Youtube, 12 de jun. de 2023. Disponível em <https://youtu.be/-1zH_DyHUUk>.